

# Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)

carlosalexandre.df@dabr.com.br

## Violência processual

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve aprovar, nesta terça-feira, uma recomendação para orientar magistrados a identificar e coibir a violência processual de gênero — quando o processo judicial é usado para intimidar, controlar, retaliar ou revitimizar mulheres.

## Não à intimidação

Relatora da proposta, a conselheira Jaceguara Dantas afirma que a medida busca impedir que o próprio sistema de Justiça seja transformado em instrumento de perpetuação da violência. Segundo ela, é comum que, após a vítima denunciar o agressor, este passe a mover sucessivas ações nas áreas cível, criminal e de família como forma de intimidação e continuidade do ciclo de violência. A iniciativa será apresentada às vésperas dos 20 anos da Lei Maria da Penha.

## Suspense

Na convenção partidária estadual realizada no último fim de semana, a federação União Progressistas deixou em aberto a decisão de apoiar ou não a candidatura do ex-prefeito de Maceió João Henrique Caldas (PSDB). O evento oficializou a candidatura do deputado Arthur Lira (PP) ao Senado, mas sem nome ao governo ou apoio ao projeto de JHC. A Federação e o PSDB devem conversar mais até amanhã para selar ou declinar do apoio ao ex-prefeito.

## Cálculos mineiros I

O PL de Minas Gerais entrou em campo para apoiar a candidatura do senador Cleitinho (Republicanos) ao governo. O presidente do diretório estadual, deputado Zé Vitor, reuniu-se ontem com o presidente do Republicanos, Marcos Pereira, para reforçar o apoio ao senador e garantir a aliança até o final.

## Cálculos mineiros II

O movimento, contudo, foi insuficiente. Agora, o PL vai recalcular rota e organizar a chapa própria ao governo mineiro. A ideia de coligar com o senador republicano era atrair o apoio da federação União Progressista e formar uma grande aliança da direita no estado.

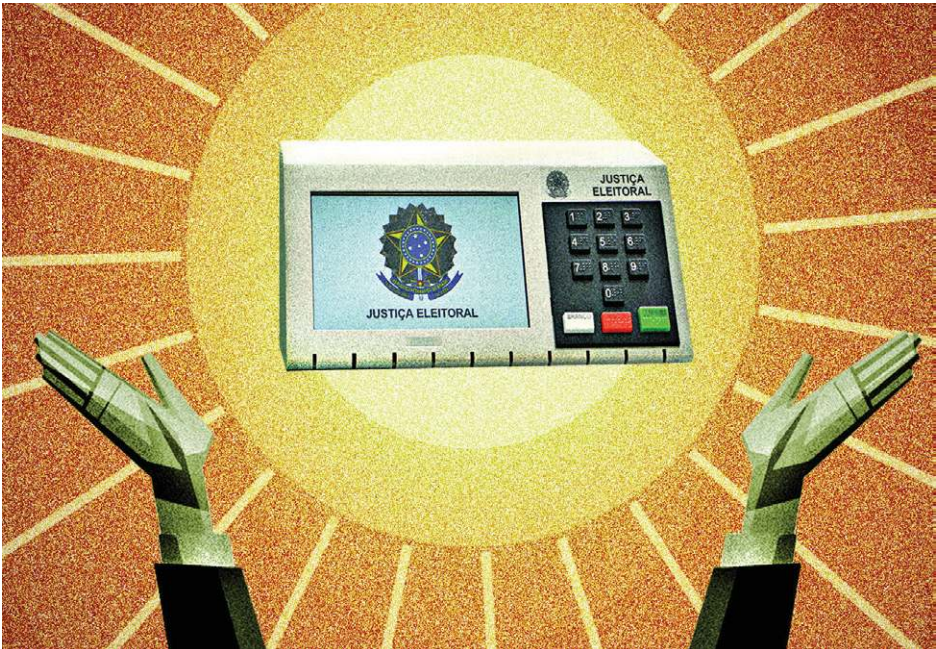
# Nunes Marques na batalha eleitoral

Na volta do recesso, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nunes Marques, fez o que se esperava: defendeu a urna eletrônica e o sistema que consagra a democracia brasileira. Para comprovar o que diz, pretende promover diversas demonstrações públicas, entre atividades educativas e visitas guiadas, acerca da “transparência” e “robustez” da urna eletrônica e do sistema digital de votação.

A mensagem de Nunes Marques é um contraponto à posição de Flávio Bolsonaro em relação à lisura da disputa eleitoral no Brasil. Em julho, o presidenciável lançou suspeitas sobre as urnas eletrônicas, ao mencionar uma empresa envolvida em suspeitas de fraude nas eleições venezuelanas. Na ocasião, o TSE afirmou

serem “falsas as mensagens que circularam nas redes sociais segundo as quais a empresa Smartmatic fornece urnas eletrônicas ou softwares utilizados em urnas no Brasil”.

Para além do discurso, há uma expectativa de como Nunes Marques atuará ao longo dos próximos meses na batalha das urnas. Pesquisas eleitorais, uso de deep fakes e suspeitas contra a eleição são os primeiros problemas a desafiar a corte comandada pelo ministro. Há, ainda, a vigilância de integrantes do Supremo Tribunal Federal, como o ministro Alexandre de Moraes. Ele já deixou claro ter uma visão bastante severa sobre artimanhas como o vídeo de IA com Jair Bolsonaro. Moraes cobrou explicações da campanha de Flávio, alegando possível “flagrante desrespeito à legislação eleitoral.”



## Chapa feminina

Após a expulsão de Aldo Rebelo do partido e a desistência do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa de concorrer ao Palácio do Planalto, o Democracia Cristã aposta na força das mulheres para a corrida presidencial. O partido deve oficializar, amanhã, o nome da advogada e presidente do diretório em Mato Grosso, Clariana Barão, como candidata à presidente e o da advogada Fabiana Torquato como sua vice.

## O fator Lula

Aliados do ex-prefeito de Recife João Campos (PSB) acreditam que, quando o presidente Lula subir ao palanque do presidente do PSB, o nome de Campos vai deslanchar na eleição para o governo de Pernambuco. Eles afirmam que não veem Lula apoiando Raquel Lyra (PSD). Explicam que há vários gestos do PT ao PSB, como a manutenção da vice-presidência de Geraldo Alckmin. Não haveria motivos, portanto, para se fazer “uma descortesia” com João Campos.

## Contas públicas

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo Filho **(foto)**, é um dos palestrantes do 8º Brasília Summit Lide **Correio Braziliense**. Amanhã, a partir das 8h, no Hotel Brasília Palace, juristas, parlamentares e empresários debatem a segurança jurídica e os desafios para o desenvolvimento da infraestrutura do Brasil. Todos os leitores poderão acompanhar pelas redes sociais do **Correio**, TV Lide e se informar sobre os principais pontos do evento na edição impressa do **Correio Braziliense**.



## RELAÇÕES EXTERIORES

# Silêncio de desprezo a Milei

Brasil não devolverá novas ofensas do presidente argentino a Lula. Embaixador não tem data para voltar a Buenos Aires

» FABIO GRECCHI

O governo brasileiro decidiu não se manifestar diante das novas grosserias de Javier Milei ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que voltou a ser chamado pelo chefe da Estado argentino de “ladrão” e “ex-presidiário”, em entrevista ao canal LN+. Segundo fontes do Palácio do Planalto, a ideia é deixá-lo falando sozinho. A análise é de que, como está com a popularidade em baixa, Milei precisa se cacifar junto ao eleitorado e as ofensas a Lula seriam um meio para isso. Além do mais, ao atacar o brasileiro, avaliam que ele desvia a atenção dos problemas internos, que pressionam seu governo.

Se no campo político o Brasil dará a Milei o silêncio do desprezo, no diplomático a situação se complica. A nova grosseria contra Lula adia, por tempo indeterminado, o retorno do embaixador Julio Bitelli a

Buenos Aires para reassumir a representação brasileira, hoje tocada por um encarregado de negócios. Mas não é somente isso: o embaixador argentino no Brasil, Daniel Raimondi, deve ser novamente chamado a dar explicações pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e, mais uma vez, escutar a insatisfação do Brasil com os gestos do atual ocupante da Casa Rosada.

Além da impressão de que Milei queira se cacifar ofendendo Lula, também há no Palácio do Planalto a desconfiança de que o presidente argentino esteja servindo de boneco de ventríloquo para o presidente Donald Trump, dos Estados Unidos. A avaliação é de que se trata de uma manobra para tentar influenciar a corrida eleitoral a favor de Flávio Bolsonaro à Presidência da República.

A entrevista de Milei ao LN+ foi no domingo, quando reforçou as ofensas que fizera ao participar da convenção que lançou a candidatura

do senador pelo PL fluminense ao Planalto. afirmou que agiu de forma correta ao chamar Lula de “presidiário”, “ladrão” e “corrupto”.

“Eu menti?”, reagiu Milei, ao ser questionado na tevê. “É ladrão, é um corrupto. Foi condenado por ser ladrão e corrupto. Esteve preso, portanto está correto (ser chamado de) presidiário. E não somente isso. Foi liberado por um erro administrativo do procedimento (judicial), não por ser inocente”, acrescentou.

Bitelli foi chamado a consultas em Brasília como gesto de grave desaprovação ao ato de Milei na convenção bolsanarista. Após conversas com Lula e com o chanceler Mauro Vieira, foi orientado a permanecer no país até que houvessem sinais de degelo na relação entre Brasil e Argentina.

## Sem rebaixamento

O governo não pretende rebaixar

a representação ou deixar a embaixada sem comando, tampouco romper relações ou agravar a crise. Mas as novas ofensas suspenderam qualquer tentativa de normalizar a relação entre os países.

Diplomatas que acompanham as reuniões de avaliação do MRE tinham achado positivo — para os padrões do governo Milei — o comentário do chanceler Pablo Quirno, em 29 de julho, na entrevista que dera à Rádio Mitre. O ministro argentino de relações exteriores afirmou que não havia intenção de romper com o Brasil e minimizou a reação de Brasília às ofensas de Milei.

“A Argentina não eleva essa questão a um nível institucional. Em outras palavras, separamos os aspectos políticos e ideológicos dos institucionais. Não há nenhuma chance de que, do nosso lado, as relações se rompam”, garantiu.

Pedro França/Agência Senado



Bitelli ficará no Brasil até que o governo Milei faça gestos de distensão

## JUDICIÁRIO

# CNJ vota “código” que endurece postura de juízes

» IAGO MAC CORD

O Conselho Nacional de Justiça vota, hoje, uma proposta de código de ética que endurece o controle de conflitos de interesses de juízes. O texto cria normas para a participação em eventos financiados por empresas, recebimento de presentes e monitoramento de vínculos de parentesco.

A medida foi apresentada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Edson Fachin. Ele quer iniciar o debate plenário e, em seguida, colocar o texto em votação. Se aprovado, o

código só não valerá para o STF, que não é subordinado ao Conselho.

Pelo texto, as Cortes terão até seis meses para adotar integralmente as novas ferramentas de identificação e prevenção contra conflitos de interesse. Entre as principais medidas está a criação de uma Plataforma de Transparência, na qual magistrados deverão declarar formalmente seus interesses e o eventual exercício de atividades privadas.

O projeto impõe aos tribunais a obrigação de realizar um mapeamento preventivo de vínculos. Esse rastreamento abrange relações familiares e profissionais que possam

gerar suspeição, com atenção especial a fornecedores do tribunal e corporações com grandes volumes de processos em tramitação.

Além disso, a participação de magistrados em congressos, seminários e atividades acadêmicas custeadas por empresas passará por uma triagem rigorosa. Caberá a cada Corte checar se a entidade patrocinadora é parte em processos sob a jurisdição do juiz convidado. Há recomendação para os tribunais criarem “procedimentos simplificados de comunicação e transparência” sobre o custeio por terceiros.

Também há orientação para os

tribunais examinarem caso a caso critérios para aceitação, recusa, devolução ou destinação institucional de presentes.

Existe, em paralelo, a discussão em torno de um código de ética específico para o STF, mas o texto ainda não está pronto. A expectativa é que a ministra Carmen Lúcia, relatora da proposta, a coloque em votação na Corte no fim do ano.

## Críticas

Na reabertura dos trabalhos do STF, Fachin enfatizou que a força da Corte está na capacidade de

conviver com a crítica e com o debate público. O ministro salientou que a contestação às decisões do Supremo é um dos processos do regime democrático.

“A força institucional do Supremo Tribunal Federal não reside na ausência de crítica, mas na capacidade de conviver com ela sem perder a serenidade necessária ao exercício da função jurisdicional. Um Tribunal Constitucional que decide sobre temas de grande repercussão social há de aceitar, como natural, que suas decisões sejam debatidas, analisadas e, por vezes, contestadas pela opinião pública”, observou.



**A força do Supremo não reside na ausência de crítica, mas na capacidade de conviver com ela. Há de aceitar que suas decisões sejam contestadas”**

**Trecho do discurso do ministro Edson Fachin, presidente do STF, na reabertura do Judiciário**